

A EPISTEMOLOGIA DO SEGUNDO ARMÁRIO: CANAIS DE GAYS HIV+ NO YOUTUBE COMO ARTEFATOS PEDAGÓGICOS

*THE EPISTEMOLOGY OF THE SECOND CLOSET:
CHANNELS OF HIV-POSITIVE GAYS ON YOUTUBE
AS PEDAGOGICAL ARTIFACTS*

Tiago Duque¹

Fernando Seffner²

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a experiência do “segundo armário” a partir dos conteúdos de três canais sobre HIV-aids do YouTube criados por jovens brasileiros assumidamente soropositivos e *gays*. Eles são tomados enquanto artefatos culturais, isto é, propositores de currículos e pedagogias culturais. O “segundo armário” é entendido como um regime de visibilidade. Diferente do “armário gay”, o primeiro, focado na sexualidade, este segundo envolve o conhecimento sobre a soropositividade para o HIV. Metodologicamente utilizou-se de etnografia *on-line*, sendo empregado o preenchimento de fichas, uma espécie de caderno de campo, para cada um dos vídeos assistidos dos três canais e os comentários da audiência de cada um deles. A discussão teórica foi feita a partir de teorias pós-críticas. Conclui-se que a era digital permite a produção curricular-pedagógica do HIV-aids ainda marcada por estigmas, mesmo com os avanços no campo dos antirretrovirais. Além disso, conclui-se que essa produção dos artefatos envolve pessoas de diferentes perfis identitários. Chama-se a atenção para a necessidade de um retorno à discussão das vulnerabilidades em meio às conquistas farmacotecnológicas e à valorizada visibilidade digital das pessoas vivendo com HIV e de sua audiência.

Palavras-chave: HIV; Aids; Currículo; Pedagogia; Internet.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the experience of the “second closet” based on the content of three HIV-aids focused YouTube channels, created by young Brazilians who are openly hiv positive and gay. They are taken as cultural artifacts, in other words, proposers of cultural curriculum and pedagogies. The “second closet” is understood as a regime of visibility. Unlike the “gay closet”, the first one, focused on sexuality, this second involves knowledge about hiv seropositivity. Methodologically, online ethnography was carried out, also filling out forms, using a kind of fieldwork notebook, for each of the videos watched from the three channels and the comments from the audience of each of them. The theoretical discussion was based on post-critical theories. It is concluded that the digital age allows the curricular-pedagogical production of HIV-aids still marked by stigmas,



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

even with advances in the field of antiretrovirals. In addition, it is concluded that this production of artifacts involves people of different identity profiles. Attention is drawn to the need for a return to the discussion of vulnerabilities in the midst of pharmaco-technological achievements and the valued digital visibility of people living with HIV and their audience.

Keywords: HIV; Aids; Curriculum; Pedagogy; Internet.

INTRODUÇÃO

Gabriel Abreu transformou a experiência de soropositivo em um diário e a publicou no livro *O segundo armário*, referindo-se ao primeiro armário como sendo o da homossexualidade e esse o da soropositividade (ABREU, 2016). Nunca conseguiu se acostumar com a ideia de que, em função do estigma, não poderia revelar que tinha o vírus HIV. Defendendo que o “armário” confinava, alimentava monstros e o poupava da solidariedade, mostrou que “do lado de fora” tinha a sensação de poder contribuir mais.

Este artigo tem o objetivo de analisar a experiência do “segundo armário” a partir dos conteúdos de três canais do YouTube criados por jovens brasileiros assumidamente soropositivos e *gays*. Os canais são compreendidos enquanto artefatos culturais, propositores de currículos e pedagogias culturais. E como “dispositivos pedagógicos da mídia” (FISCHER, 2007), os canais estão envoltos em relações de poder e produção de subjetividades. São “locais pedagógicos” – onde o poder se organiza e se exercita (STEINBERG, 1997). Enquanto curriculares e pedagógicos, “produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser, fabricam identidades e representações [...]” (SABAT, 2001, p. 9), bem como indicam percursos de vida, desejáveis ou a evitar.

Esses artefatos culturais criam e reproduzem diversos significados (SILVA, 2011). Caracterizam-se e são marcados por uma temporalidade da epidemia de HIV-aids e por certa era digital (MISKOLCI, 2017). Nos referimos a um período em que existe uma conexão em rede por meios comunicacionais tecnológicos, caracterizados como digitais. Eles “envolvem o suporte material de equipamentos como *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, bem como diferentes tipos de redes de acesso, conteúdos compartilhados e, por fim, mas não por menos, plataformas de conectividade” (MISKOLCI, 2017, p. 23). Nesse contexto, mesmo sabendo das desigualdades de acesso a essas tecnologias em contextos culturais e econômicos tão diversos, podemos afirmar que, em termos de interação social, o digital envolve “um público estruturado em rede cujas interações não prescindem da copresença, ao mesmo tempo, tratamos de práticas comunicativas que cruzam corpos e tecnologias” (PADILHA; FACIOLI, 2018, p. 306).

Além da realidade digital, o momento atual da aids apresenta dupla tensão: o fazer viver e o deixar morrer. O fazer viver diz respeito à “ampliação da oferta de exames para conhecimento da situação sorológica e oferta universal da medicação antirretroviral”; já o deixar morrer

está ligado ao “reforço das situações de estigma e discriminação às populações vulneráveis” (SEFFNER; PARKER, 2016, p. 297). Outros autores contribuem com essa crítica indicando os fatores que, juntamente com a orientação neoliberal que está presente no Estado brasileiro, afetam a continuidade das respostas institucionais ao HIV-aids no país. Eles estariam associados à guinada conservadora que o Brasil vive, correspondendo, por exemplo, a “antiagendas” que dificultam a narrativa dos direitos humanos, gênero, sexualidade e saúde. Na prática, essa guinada produziu, por exemplo, censura de materiais especializados, extinção de conselhos nacionais participativos e substituição, na Política Nacional sobre Drogas, da orientação de “redução de danos” para a de “abstinência” (AGOSTINI *et al*, 2019).

Diante dessa realidade, a metodologia usada foi a etnografia *on-line*. Ela adapta a clássica etnografia *off-line* para o espaço *on-line*, com imersão no campo e registro semelhante ao utilizado fora da internet, inclusive nos aspectos éticos (NOVELI, 2010; NUNES, 2019). Contudo, parte das especificidades do *on-line* precisaram ser consideradas. Por exemplo, podemos perceber que em uma mesma plataforma, *site* ou aplicativo podem ser identificados diferentes ambientes, e isso não diz respeito apenas a características em termos de *software* ou hardware, “mas pelas diferentes formas de serem habitados” (LEITÃO; GOMES, 2017, p. 62). Por isso, no que se refere à interação em campo, diferentes estudos têm apontado para múltiplas posturas dos pesquisadores durante a etnografia *on-line*. Essas posturas têm relação direta com escolhas metodológicas que a etnografia permite, sejam elas *on-line* ou não. Mas, também, com o modo com que o ambiente *on-line* permite ou favorece a presença dos pesquisadores em campo e a própria interação e forma de habitar dos usuários nesses ambientes.

Diferentemente de uma imersão no campo que envolvesse observação, interlocução e entrevistas com interlocutores, como pesquisas interessadas na socialidade nesses ambientes, optamos pela imersão por meio exclusivo da observação, visto que o nosso interesse está nos canais enquanto artefatos portadores de currículos e pedagogias. Essa observação não deixa de intervir no ambiente, afinal, as visualizações dos vídeos por nós e os acessos aos canais implicam não somente as informações visíveis aos proprietários e à sua audiência, mas a própria dinâmica desses canais ao serem produzidos, circularem e serem vistos. Além disso, percebemos que nos canais do YouTube com essa temática, diferentemente do que indicado na pesquisa de Melo (2020) com pessoas que vivem com HIV-aids e fazem parte de um grupo fechado no Facebook, a audiência raramente interagia entre si, e os comentários eram voltados ao conteúdo dos vídeos, sem manter um diálogo com quem também estava comentando o conteúdo postado.

Assim, a interação social nos canais, entendida como diálogos e trocas de mensagens entre a audiência no YouTube, não foi identificada

como uma característica marcante do trabalho de campo. Isso não foi um problema para o levantamento de dados. Tomando os canais como um espaço público, observar o que ocorre e como ocorre torna-se um trabalho etnográfico importante, tendo ou não interação social entre e com os interlocutores, como em outros estudos em que a não interação com interlocutores na etnografia *on-line* não dificultou o levantamento de dados e a sua análise, pelo contrário, permitiu conhecer o ambiente *on-line* a partir de seus ambientes e particularidades (SOUZA; DUQUE, 2020). Dito isso, os comentários da audiência nos canais serão escritos utilizando itálicos, já os textos dos produtores de conteúdo serão escritos sem a utilização de itálicos. Essa diferenciação tipográfica foi escolhida para diferenciar discursos da audiência nos comentários dos discursos dos produtores de conteúdo nos vídeos postados.

Os três canais selecionados são de diferentes regiões do país. Os três produtores possuem ensino superior, em áreas distintas. São de uma geração que viveu suas experiências sexuais após as duas primeiras décadas da epidemia de HIV-aids. Em termos de raça/cor, ainda que um deles tenha alguns fenótipos comuns a pessoas negras, nenhum deles é de pele escura. A escolha desses canais se deu exatamente por serem de produtores de conteúdos diferentes entre si. Os três jovens *gays* produtores de conteúdo têm aproximação com movimentos sociais, mas não estão produzindo conteúdo em nome de nenhum grupo ou coletivo. Além disso, em alguns vídeos, dois deles estão em encontros promovidos por setores governamentais em parceria com a sociedade civil, ou vice-versa. Em um dos vídeos um apresenta-se em um evento acadêmico internacional que reúne pesquisadores e ativistas da temática do HIV-aids. Dois deles comentam em vídeos específicos que são chamados para palestrar sobre a temática em diferentes espaços, como escolas e empresas. Também é possível afirmar que a imprensa profissional, às vezes, os convida para entrevistas sobre a temática dos canais. Em termos de conteúdo, mesmo não sendo o objetivo deste estudo comparar os canais, é possível afirmar que, inclusive quando tratam do mesmo recorte temático dentro do conteúdo geral dos canais, não há disputas de narrativas sobre HIV-aids na produção dos vídeos. A identidade dos canais e dos produtores não será informada, com o objetivo de manter o foco nos artefatos, e não nos perfis pessoais, sejam deles ou da audiência.

Foram produzidas fichas para cada um dos 164 vídeos analisados, na forma de caderno de campo. Nelas, além do *link* e do título, os dados que o YouTube apresenta publicamente dos vídeos foram sendo registrados, como tempo de duração, número de “curtidas” e “descurtidas”, visualizações e comentários. Também foram feitos registros em cada uma das fichas sobre o que se comentava e as mensagens mais representativas diante do objetivo do estudo, assim como a descrição da imagem (local, postura, qualidade técnica, objetos etc.) e o que se falava, inclusive com o contexto e os fragmentos transcritos do discurso que se apresentava nos vídeos.

Essas fichas trazem uma quantidade enorme de dados a serem ainda analisados, que não foram esgotados no presente artigo. O formato dos vídeos dos três diferentes produtores se diferencia dentro do período de postagem (vídeos mais “caseiros” no início dos canais e vídeos mais “profissionais” no final do período do trabalho de campo), e a diferenciação da forma é mais presente do que aquela do conteúdo em si. Por isso, a partir dos dados das fichas sistematizados, podemos afirmar que o currículo e a pedagogia dos três canais têm grade base comum, que a forma (estilo do produtor de conteúdo, técnica na captação de áudio e imagens, fotografia, vocabulário utilizado etc.) não implica, nesse caso, diferentes proposições pedagógicas e curriculares entre si.

O tempo de duração de cada vídeo é variado, não ultrapassando 15 minutos. Ao todo, somam 24 horas e 21 minutos de gravações nos três canais, que permanecem públicos até o momento desta análise. Selecionamos vídeos publicados desde a criação de cada canal até o último, de 2018. Dois dos canais foram criados em 2016 e outro em 2017. A decisão de interromper em 2018 criou um recorte temporal o qual não envolve o período da nova administração presidencial, que trouxe mudanças na atuação em HIV-aids (AGOSTINI *et al.*, 2019). Os três canais, apesar da temática comum, são diferentes em apresentação de conteúdo – um com vocabulário mais técnico, dois mais informais; um com mais presença de convidadas/os; um com relatos mais detalhados das experiências pessoais; outro com menos interação, na gravação dos vídeos, com os comentários em vídeos anteriores das pessoas da audiência. O conteúdo produzido será analisado com a pretensão de apresentar criticamente o que, em conjunto, têm em proposições pedagógicas (ensinamentos) e desenho de currículos (conhecimentos). Os currículos são, simultaneamente, pessoais e sociais, inseridos na linha de tempo da resposta nacional à aids no Brasil, que demarca possibilidades, enfrentamentos a estigmas, disputas de reconhecimento e disponibilidade de medicação.

Foram analisados enquanto “lugares pedagógicos” em uma perspectiva pós-crítica em educação (MEYER, 2014), entendendo que o currículo e a pedagogia envolvidos neles não estão apartados da realidade *off-line*. Afinal, “a internet não forma um espaço autônomo, que existe em paralelo aos espaços físicos; a distinção on-line/off-line é circunstancial e precária, ‘real’ e ‘virtual’ estão constantemente articulados” (BRAGA, 2015, p. 228). A tecnologia da internet é um gênero cultural, não cria algo radicalmente novo, mas realiza desejos já presentes que não tinham como ser realizados, pois faltavam os meios. Com ela há possibilidade de explorar novas liberdades, “mas isso também induz ansiedades quanto ao controle sobre como essas liberdades e capacidades serão empregadas” (MILLER, 2013, p. 173).

Apresentamos a seguir os artefatos midiáticos e seu contexto de produção, e após o regime de visibilidade do “segundo armário”. Isso será feito sem renunciar às discussões já realizadas em relação ao “primeiro

armário”, o da sexualidade. Nas considerações finais apontamos a necessidade de retorno às discussões em torno da ideia de vulnerabilidade, mesmo em período de conquistas em relação à medicalização.

ALGORITMOS, CORPOS SAUDÁVEIS E VISIBILIDADE CORAJOSA

A difusão viral de suportes e redes “parece extrapolar, até certo ponto, algumas das conhecidas barreiras de estratificação social, de classe, de gênero ou de idade” (NASCIMENTO, 2016, p. 218). Isso é perceptível nos perfis de pessoas que comentaram os vídeos analisados. A visibilidade envolve tanto audiência quanto produtores, pois as telas “expandem o campo da visibilidade, esse espaço onde cada um pode se construir como uma subjetividade alterdirigida” (SIBILIA, 2008, p. 111). Nesse sentido, mesmo não havendo consenso entre os três produtores de conteúdo em relação a se autodeclararem YouTubers ou Influenciadores, é sabido que nesse contexto eles são prisioneiros da digitalidade que lhes permite existir, isto é, caracterizam-se enquanto personagens definidos pela instrumentalidade de suas ações (ORTIZ, 2022).

A possibilidade de criar canais temáticos indica que a “web 3.0 diz respeito a uma modulação da internet na qual toda informação é organizada de modo compreensível, não apenas para humanos, mas também para a máquina”, isto é, “[...] a rede passou a ser definida pela capacidade de arquivar, organizar e apresentar dados de forma personalizada para os usuários” (PADILHA; FACIOLI, 2018, p. 310). Ao estudar o que há de curricular-pedagógico nos canais, é preciso ter em mente os algoritmos, o processamento que gera um recorte específico de dados. O fornecimento e os usos desses dados são indispensáveis para pensar os artefatos em análise, afinal, “a paisagem sociotécnica está repleta de algoritmos, graças a seu enorme sucesso e eficácia em nossas relações sociais, econômicas e políticas” (SILVEIRA, 2017, p. 268).

Os algoritmos funcionam combinando aquilo que uma/um determinada/o usuária/o já buscou na rede com o que outras/os usuárias/os buscaram, ajustando as informações de maneira sistêmica com o objetivo de antever aquilo que se está buscando. Isto é, são capazes de produzir públicos calculáveis (ORTIZ, 2022). A audiência chega aos canais por busca, mas também “por acaso”, dirigida pelos algoritmos. O conteúdo, seja a própria imagem dos produtores de conteúdo soropositivos ou suas falas, segue regras do YouTube, portanto, eles não estão livres para se apresentarem e dizer o que bem entenderem. Isso precisa ficar claro porque, caso tratássemos de outros contextos digitais, o currículo e a pedagogia em torno do tema HIV-aids poderiam ser distintos dos que aqui analisamos. A pessoa responsável pela postagem deve ter em mente, nas palavras dos criadores do YouTube, as “regras baseadas no bom senso que ajudam você a se manter longe de problemas”. Algumas delas são a

proibição de “nudez e conteúdo sexual”, “conteúdo prejudicial e perigoso”, “conteúdo de incitação ao ódio”, “conteúdo explícito ou violento” e “assédio e *bullying* pessoal”.¹

Nesse clima, quem comenta os vídeos, homens ou mulheres, costuma se surpreender com a aparência dos produtores. “*Moço lindo*”, “*Cê é lindo*”, “*Que gostoso vc*”, entre outros. O elogio da estética dos produtores é, historicamente, vinculado à ideia de saúde, ainda que isso não esteja diretamente associado no momento dos elogios. Desde o começo do século XX, a beleza está diretamente ligada ao corpo saudável, em contínuo treinamento físico. O corpo deve ser magro, esguio, ágil, musculoso como nas culturas pré-industriais (CALANCA, 2008). É exatamente essa estética que prevalece nos três responsáveis pelos canais.

Em se tratando de pessoas com HIV, um “estilo de vida saudável” é bastante difundido pelos canais. Um homem comentou: “*Parabéns pelo canal. Descobri que estou negligenciando minha saúde mesmo não sendo portador do vírus*”. A “atividade física” para todo mundo é recomendação unânime nos três artefatos, mas, em especial, para quem tem HIV e inicia o tratamento. Faz parte dele, conforme disse um dos produtores de conteúdo, “entender que praticar exercícios físicos é importante”. Isso foi reforçado por outro produtor em seu canal: “aderir ao tratamento não é única e exclusivamente tomar apenas a medicação no horário certo, você também tem que ter, levar, uma vida saudável e tranquila, e baseado na sua alimentação, exercícios físicos e tudo mais”. A descoberta da sorologia positiva para o HIV, segundo eles, faz com que você passe a “procurar ter mais informação de como anda a sua saúde, a querer fazer exercícios físicos, a querer mudar a sua alimentação”.

Ainda que os currículos ofertados nos canais não sejam tutoriais de beleza ou de como manter o corpo “em forma”, é perceptível que em um dos canais, do primeiro ao último vídeo, a questão estética foi ganhando investimentos, desde a qualidade da iluminação da produção até a maquiagem do produtor. Mesmo nos vídeos menos produzidos nesses aspectos, o produtor de conteúdo é bastante marcado por uma estética jovial, nas roupas e vocabulário. A partir da etnografia foi possível perceber que é frequente os proprietários dos canais aparecerem de camiseta sem mangas, em alguns casos com decotes, mas marcadamente masculinos. Em outros, o uso do boné está presente, assim como tatuagens nos corpos de pele clara. As roupas raramente são formais, por vezes usam até bermudas, ainda que não seja comum estarem de corpo inteiro na tela. O enquadramento típico dos canais é aquele que mostra do peito para cima, a imagem do rosto o tempo todo em destaque. Isso não impede que o ambiente, quarto ou sala, possa ser identificado como de classe média (móveis, tipo de residência, elementos decorativos).

A audiência também tem o mesmo enquadramento nos perfis com foto, mas comumente com menos exposição dos ambientes. Os elogios aos produtores de conteúdo se misturam e/ou se estendem para o conteúdo

postado: “*Além de mto inteligente, é lindo!*”; “*Muito bom o esclarecimento e além de tudo é Lindo!*”; “*Lindoooo. Amei o vídeo, faz mais!*”. Uma mulher afirma: “*Teu canal é lindo!*”. Outra também se declara: “*Olá! aiii me sinto abraçada vendo vc ... que delícia! vc é um fofo... lindo ... Com explicações tão claras! Obrigada por ser esse ser iluminado, um beijo enorme!!!*”. Eles, assim, garantem uma associação de marcadores da diferença entre jovialidade (idade), masculinidade (gênero), inteligência (escolarização) e branquitude (raça/cor) que contextualiza os elogios a eles e aos artefatos.

A construção das subjetividades está localizada nos apresentadores e na audiência, em processo dinâmico, “produto de intensas lutas que se dão nos seios das redes de poder, com diferentes forças e interesses – muitas vezes contraditórios ou até mesmo opostos – enfrentando-se sem cessar” (SIBILIA, 2015, p. 143). Na valorização da beleza, apontamos para o quanto o currículo, nesses artefatos, é apresentado pedagogicamente por meio de homens “lindos”, “fofos”, “inteligentes”. Mas com ressalvas: “*Independentemente de tudo amigo, vc é muito lindo... Abração querido...*”. É esse “tudo” que indica o quanto parece existir também algo que se apresenta, muitas vezes sem ser anunciado diretamente, para constituir o currículo e a pedagogia que buscamos analisar aqui.

Percebemos que os canais, assim como o governo brasileiro, estão conectados às ideias do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), que lidera e inspira o mundo para alcançar sua visão compartilhada de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS². Foi em 2014 que foram lançadas metas para conquistar esses objetivos. Elas propunham atingi-los em 5 anos³. O Brasil reiterou o compromisso com essas metas que, na prática, propunham ter, até 2020, “90% de pessoas vivendo com HIV/Aids com conhecimento do seu estado sorológico; 90% das pessoas HIV em tratamento; 90% das pessoas em tratamento com carga viral indetectável” (BRASIL, 2014, p. 3).

Contudo, Simões (2018) aponta que no contexto nacional contemporâneo a discriminação contra as pessoas vivendo com HIV persiste. Comparando a quantidade de comentários, raramente se lê uma crítica mais ácida aos vídeos ou ao perfil dos proprietários. Em um deles, uma jovem afirma: “[...] *como você é lindo, não é que eu esteja com preconceito, mas quem vê cara não vê HIV!*”. A constatação por parte dela da beleza do soropositivo, em alusão à ideia de uma possível “cara” de quem tem HIV, indica o quanto ainda pode existir a expectativa de pessoas vivendo com HIV diferentes desses homens soropositivos dos canais: “lindos” e “saudáveis”.

A “cara” de quem tem HIV é também uma expressão que se refere ao corpo: marcadores sociais de raça/cor, gênero, classe, geração e escolarização. Em um estudo sobre sexo anal desprotegido, embora o tesão e o amor pareçam anteceder a disposição para esse tipo de prática sexual, “é o *parecer saudável* que acena para uma suposta soronegatividade

para o HIV, que abre a possibilidade para as emoções positivas aflorarem (em oposição ao *medo*) e o sexo sem camisinha acontecer” (RIOS *et al.*, 2019, p. 82). É nesse sentido que se entende o que foi citado anteriormente sobre as redes de poder e as “diferentes forças de interesses” que podem ser contraditórias ou opostas: a beleza do corpo saudável (saúde) justificaria a prática sexual sem camisinha, logo, a exposição ao risco da infecção, que poderia levar à aids (doença).

Ainda sobre o tema do preconceito, valorizando a prevenção, um homem questiona: “*Você é um homem tão bonito, por que não se cuidou de jovem?*”. A culpabilização de homens *gays* pela sua infecção é um discurso discriminatório recorrente e perigoso para o campo da prevenção e da compreensão das experiências de infecção pelo HIV. Ainda assim, a valorização da prevenção produzida pelo Brasil se justifica porque, durante algum tempo, foi em direção contrária a essa ideia da culpa. Segundo Grangeiro, Silva e Teixeira (2009), com o processo de abertura política e redemocratização, o sistema de saúde brasileiro respondeu ao desafio de diagnosticar e tratar populações socialmente marginalizadas, baseado nos princípios da equidade, universalidade e integralidade.

A despeito dessa história, “a condenação moral manifesta-se especialmente quando a infecção acontece por via sexual, realçando o renitente preconceito contra a homossexualidade [...]” (SIMÕES, 2018, p. 317). A culpa parece ser maior pelo fato de o soropositivo ser “*um homem tão bonito*”, como se a beleza fosse um marcador que torna a situação pior do que poderia ser caso ele fosse feio. São as “forças de interesse” que, por meio da culpabilização, buscam ensinar o quanto homens “fofos” e “inteligentes” – leia-se também aparentemente brancos, masculinos, joviais, escolarizados e de classe média – devem ser culpados por se infectarem na juventude.

Sobre os elogios, uma mulher confessa: “[...] *vc é lindo, se vc gostasse de mulher eu encararia isso de boa*”. A confissão sobre “isso” ser encarado “de boa” mostra o quando a beleza relativiza a homossexualidade e a soropositividade também entre mulheres supostamente heterossexuais. Uma outra mulher declara: “*Tu é lindo, eu namoraria, até casaria cntg!*”. Outros dois homens, em tom descontraído, também se declaram: “*Nossa vc é um gato casava contigo kkk*” e “*Casa cmg! Pelo amor de Deus! Hahahahaha*”. Essas declarações são dirigidas aos três soropositivos dos canais, mas o que mais recebe esse tipo de investida é o de aparência mais branca, mais jovial, com o corpo mais tatuado e definido em termos musculares e, além disso, o que tem a formação superior mais evidente/anunciada.

O tema namoro-casamento-aids é discutido em vídeos específicos. Perlongher, no final da década de 1980, chamou a atenção para o quanto, depois de um período marcado pelo desbunde, isto é, dos efeitos no Brasil da visibilidade dos *gays* americanos, que passava aqui por uma exposição midiática do “espetáculo *gay*”, das travestis nas avenidas das

“megalópoles” e do reconhecimento de Roberta Close como “modelo de mulher nacional”, havia na “crise da AIDS” todo um cheirinho de restauração. Segundo ele, “chegou-se longe demais, paga-se agora a culpa pelos excessos libidinosos! Um retorno ao casal, uma volta à família, a morte definitiva do sexo anônimo e impessoal [...]” (PERLONGHER, 1987, p. 52).

Em 2007, vinte anos depois de Perlongher (1987), Miskolci (2007) destacou o quanto o casamento aponta para uma normalização das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo: “o reconhecimento legal das vidas sexuais de casais formados por pessoas do mesmo sexo torna ‘respeitáveis’ somente aqueles que se igualam ao modelo heterossexual monogâmico estável” (MISKOLCI, 2007, p. 123). Ainda que hoje possamos compreender uma multiplicidade de modos de ser “respeitável”, isto é, não necessariamente dentro de um modelo heterossexual monogâmico estável, é inegável que esse modelo existe e compõe as redes de poder que envolvem o currículo e a pedagogia dos artefatos aqui discutidos.

Dois dos soropositivos dos canais mantêm relacionamento monogâmico, e um deles anunciou que está em busca de namoro e demonstrou interesse em se casar. Dos que têm relacionamento estável, um está, segundo as informações dos vídeos, casado. Não há relatos por parte de nenhum deles sobre a possibilidade de, mesmo namorando ou casado, manter relacionamentos com outros homens. Um, inclusive, demarcou que o período de sexo com vários homens ficou no passado, quando não namorava, quando estava solteiro.

Parte dos pedidos de namoro e casamento que eles recebem nos comentários tem relação direta com alguns vídeos em que os soropositivos relatam experiências de preconceito sofridas quando contaram para os pretendentes a namoro que vivem com HIV. Mas relatos pessoais de preconceitos e discriminações sofridos por eles não são comuns nos demais vídeos, o que faz com que os canais não os apresentem como vítimas. Além disso, o conteúdo elogiado pela ausência apresenta outra ausência significativa. A palavra *aids* raramente é pronunciada nos vídeos, como a própria síndrome não é abordada como tema de destaque. Trata-se muito pouco de doença no conteúdo dos canais.

Essas ausências não significam que também não sejam eles elogiados como sendo homens de coragem por expor a sorologia positiva para o HIV em um contexto histórico no qual a *aids* foi foco de tanto estigma. O elogio corajosos é um indicativo do quanto a audiência reconhece a existência de preconceito e discriminação contra pessoas que vivem com HIV. Sobre isso, uma mulher postou: “*Parabéns pela coragem de se expor*”. Um homem confessou a sua falta de coragem: “*eu comecei um trabalho parecido com o seu, mas, em dado momento, eu senti uma espécie de ‘risco’ e não pude prosseguir. A verdade é que, naquele momento, eu tive medo*”.

A visibilidade corajosa vinda dos perfis dos produtores caracterizados aqui, em meio a uma audiência diversificada e historicamente

contextualizada em termos de algoritmos e também discriminatórios contra o tema do HIV-aids e da homossexualidade, situa o currículo e a pedagogia que aprofundaremos a seguir.

ESTIGMA, MEDICALIZAÇÃO E O “ARMÁRIO” DA SOROPOSITIVIDADE

Os produtores são valorizados enquanto corajosos pela visibilidade, mas a experiência dos “armários” não é necessariamente positiva. Mesmo com a ideia de que “sair é libertador”, a orientação dos vídeos é que sair pode não ser a melhor coisa para todo mundo, pela constatação do preconceito persistente. Alerta-se que “romper as barreiras impostas pelo ‘segundo armário’” não significa ter de “assumir para todo o mundo e virar ativista” (ABREU, 2016, p. 159). A importância de sair do “segundo armário” aparece com destaque para aquilo que ela, sob a lógica deles, traz de bom. Nas palavras de um dos produtores de conteúdo:

Chegou uma hora que eu saí do armário, e tudo ficou melhor para mim, porque eu me senti mais verdadeiro comigo mesmo e com os outros, etc. E agora eu estava me vendo em um segundo armário, e isso estava me incomodando muito, porque eu me sentia como se eu estivesse enganando as pessoas.

O sentimento de “liberdade” e o “sentir-se mais verdadeiro” após a revelação, seja da orientação sexual, seja da soropositividade, em termos socioculturais, é sempre relativo. “Sair do armário” não pode ser entendido como escolha pessoal, de simples agência autodefinidora do sujeito, pois é experiência feita em meio às exigências que as relações socioculturais impõem. A agência tem a ver com a intencionalidade e com o fato de perseguir projetos, sempre culturalmente definidos. E com o fato de agir em contextos de relações de desigualdade de forças sociais (ORTNER, 2007). Mesmo que se afirme em um vídeo que as “pessoas têm de fazer o que elas querem em relação ao armário e ao HIV”, “o que elas querem” é algo para além delas mesmas, constituído e constitutivo de um externo do seu “querer”.

Entendemos o “armário” da sexualidade como a ordem sexual que desde o final do século XIX se constitui, dividindo a todos dentro do binário hétero-homo, de modo a garantir a manutenção do espaço público como sinônimo de heterossexualidade pela restrição da homossexualidade ao privado (SEDGWICK, 1998). O “segundo armário” também tem relação com uma ordem sexual, pois a aids é uma doença sexualmente transmissível, o que afeta as experiências de reconhecimento no espaço público. Contudo, dizer de si sobre a soropositividade pode, em vários contextos, deslocar o já dito sobre a homossexualidade, na saída do “primeiro armário”, para um direcionamento ainda maior em direção e intensidade

estigmatizante na ordem sexual. Ou não, afinal, historicamente o estigma da homossexualidade e o do HIV-aids têm sofrido transformações.

Compreender tais processos de reconhecimento implica reconhecer mudanças históricas que caracterizam tanto a heteronormatividade como a epidemia de aids, em relação às experiências de exclusão, em um contexto que via as relações entre pessoas do mesmo sexo passíveis de prisão ou internamento para um contexto em que a visibilidade rege a experiência da normalização. O novo regime de visibilidade da sexualidade não é necessariamente heterossexista, mas permite a manutenção do binário hétero-homo por meio da heteronormatividade, a consolidação da hegemonia heterossexual (MISKOLCI, 2012). Isto é, “somar” as experiências dos “armários” não necessariamente levaria a mais estigma se a heteronormatividade for a marca das experiências sexuais, assim como, por meio da medicalização, a questão da imagem representativa do doente de aids do passado ou o risco da transmissão-infecção por HIV for minimizado, reduzido ou praticamente eliminado, conforme quer e propõe a UNAIDS e, em tese, o governo brasileiro.

Os produtores de conteúdo soropositivos do YouTube, assim como tantos/as que os antecederam em períodos não digitais, buscam “dar conta de si” enquanto vivendo com HIV. Mas, inegavelmente, hoje o modo em que se aparece e se conta de si, está diretamente relacionado não apenas ao momento atual de desenvolvimento das tecnologias digitais, mas, também, ao momento político “antiagenda” e de “biomedicalização” (PARKER, 2015). É possível fazer essa afirmação por considerarmos que esse “dar conta de si”, nos termos de Butler (2009, p. 19), “[...] pode começar consigo, mas comprovará que esse ‘si mesmo’ já está implicado em uma temporalidade social que excede suas próprias capacidades narrativas”.

Os artefatos analisados, sem perder a conexão ao sexual, focam menos nas identidades sexuais e mais nas “identidades clínicas” (VALLE, 2010) – elas “referem-se à construção particular de categorias, imagens, representações culturais e discursos sobre a soropositividade” (VALLE, 2010, p. 40). Afinal, no atual momento histórico de “biomedicalização”, ainda que a morte por aids aconteça, no trabalho etnográfico foi possível identificar que há aqueles que apostam em uma maior segurança e proteção para a manutenção do segredo por meio do tratamento com antirretrovirais, mesmo que temporariamente – no caso do uso da medicação como prevenção, que pode durar apenas os dias da prescrição da PEP (Profilaxia Pós Exposição) ou muitos dias na PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) –, e também podem “passar por” soropositivos caso os remédios sejam descobertos. Seja como for, aquelas pessoas devidamente medicadas, ainda que anunciem sua soropositividade, saindo do “segundo armário”, sentem-se valorizadas e são elogiadas pelo resultado do tratamento.

Os vídeos caracterizam essa diferenciação de enfoque menos nas identidades sexuais e mais nas “identidades clínicas” pelo discurso e pela diversidade da audiência em termos de orientação sexual e

identidade de gênero. São artefatos produzidos por soropositivos *gays*, mas com direcionamentos para além da homossexualidade. Ainda que em muitos contextos os vídeos se refiram à saída do “segundo armário” (soropositividade) tendo o primeiro como referência (sexualidade), o “segundo” tem elementos que podem ser os mesmos para aquelas pessoas que nunca saíram ou sairão do “primeiro”, por serem homossexuais em segredo ou heterossexuais. A ideia de “armário” é rentável para essa discussão porque está sendo tomada não apenas como um regime histórico de visibilidade, mas também como um regime de conhecimento (SEDGWICK, 1998). Ao nos referirmos a um regime de conhecimento estamos apontando para o seu caráter epistemológico, afinal, refletimos sobre o conhecimento produzido em termos de visibilidade e invisibilidade envolvendo, nesse caso, curricularmente e pedagogicamente, a temática HIV-aids nos artefatos selecionados.

A epistemologia do “segundo armário” dá a conhecer o quanto a epidemia HIV-aids na era digital passou a ter seu foco na clínica, e não mais nos direitos de grupos específicos, como homossexuais – embora estejam estes grupos entre os mais atingidos por ela, em grande medida pela falta de direitos. Ainda que o enfoque tenha sofrido alterações, os canais nos informam sobre certa pedagogia que permite pensar em experiências homossexuais; afinal, é preciso reconhecer que “o currículo, como um espaço de significação, está estreitamente vinculado ao processo de formação de identidades sociais” (SILVA, 2001, p. 27). Politicamente, essa epistemologia se torna possível pela caracterização já indicada nesse texto em tela quando citamos agenda “antidireitos” e os seus efeitos, assim como a era digital e suas tecnologias de comunicação, mas, em especial, pelo o que se tem chamado de “biomedicalização” no tratamento e na prevenção ao HIV-aids.

Em termos mais gerais, os processos de formação de identidades sociais de soropositivos por meio de abordagens governamentais biomédicas não marcam apenas o nosso campo de pesquisa nos canais do YouTube. Por exemplo, em relação ao Movimento de Jovens Vivendo com HIV-aids, Cunha (2018) aponta para a produção de novos corpos tratados e tratáveis, que geram novos efeitos biopolíticos e impactos nos contornos identitários de movimentos sociais, como a passagem de uma certa construção de uma “juventude” antes específica, isto é, “vivendo” com HIV-aids, para outra mais genérica, que não distingue infetados de não infectados. Guardando as devidas proporções e diferenciações, o currículo e a pedagogia dos artefatos aqui analisados também carregam seus efeitos biopolíticos e impactos identitários frente à biomedicalização.

Essa formação identitária se dá na interação entre produtores e audiência, colocando-se em processo de produção coletiva da própria identidade, auto e/ou algoritmicamente agenciada, aparecendo ou não essa interação no ambiente dos comentários no YouTube. Contudo, a audiência não pode ser agrupada e sequer se identifica de modo homogêneo em

termos de gênero, sexualidade, raça, geração ou outro marcador social. O envolvimento e a identificação se dão a partir de certo regime de visibilidade e conhecimento, portanto, epistemológico, que nem mesmo se constitui com pessoas exclusivamente soropositivas, pois a audiência não é uma comunidade de pessoas que vivem com HIV.

No “armário” da sexualidade, a compreensão era da existência de

[...] uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as consequências nas esferas familiar e pública. Ele se baseia no segredo, na ‘mentira’ e na vida dupla. (MISKOLCI, 2007, p. 58)

O “armário” da soropositividade não necessariamente se baseia no segredo, mentira ou vida dupla, ainda que possam estar presentes nas experiências de quem está usando antirretrovirais. O regime aqui discutido tem como característica principal a busca pelo melhor tratamento, sem efeitos colaterais, que mantém, aparentemente, uma vida normal ou até mais saudável do que antes. Então, parecer não soropositivo é mais importante do que necessariamente esconder a soropositividade. Dito de outro modo, até o momento de saída do “armário” da soropositividade, esconder que vive com HIV pode ser algo importante, contudo, via o tratamento, quando da saída do segundo “armário”, o distanciamento do estereótipo do soropositivo faz toda a diferença para dissipar o medo. Mais do que não sair, a relação com o “armário” da soropositividade se dá pela possibilidade de não “passar por” soropositivo, mesmo quando já exposto como vivendo com HIV.

Para o “armário” da soropositividade, são os efeitos colaterais da medicalização (sono, cansaço, mal-estar, vômito, insônia, diarreia e pensamento suicida) que podem fazer com que se seja retirado do segredo da sorologia, afinal, esses efeitos podem gerar necessidades de explicação junto a familiares, amigos, colegas de trabalho, parcerias afetivo-sexuais. Ter de contar, contra a própria vontade, sobre a causa dos efeitos colaterais é colocar o “armário” da soropositividade em cheque. Há relatos dessas situações nos canais, e a própria audiência tem essa compreensão. Um homem comenta sobre a saída do “segundo armário”: *“uma hora vai acontecer independentemente da minha vontade”*.

O remédio é tanto vilão, pela revelação não intencional da soropositividade, como também meio de ter vida saudável e evitar o adoecimento. A fármaco-tecnologia permite que tenhamos escutado de um dos produtores de canal a fala “eu pareço que tenho há 10 anos?” sem nomear os antirretrovirais. Esse modo de aparecer, de quem aparentava ter HIV-aids antigamente em relação a quem tem HIV hoje, demarca uma temporalidade em que as representações estigmatizadas dos/as soropositivos/as foram e ainda são produzidas. Essa visibilidade mudou, porque, segundo um dos responsáveis pelos canais:

É uma visão que a mídia ficou ali, que é da década de 80 e que hoje mudou completamente. Naquela época não tinha remédio; naquela época não tinha tratamento; naquela época não tinha acompanhamento; naquela época não tinham os estudos avançados; naquela época não tinha muita coisa.

A importância do tratamento para a epistemologia do “segundo armário” em relação à necessidade de “desmistificar isso”, isto é, a imagem do doente de aids do passado, pode ser compreendida pelo seguinte comentário da audiência:

Ao contrário de você, não divulguei pra ninguém sobre o assunto. Ninguém da minha família sabe, pois não vejo necessidade de me expor e sujeitar minha família a este sofrimento. Afinal de contas, eu não sou doente. Eu tomo a medicação religiosamente, faço acompanhamento médico. Enfim, sou uma pessoa saudável e levo uma vida normal. Me sinto confortável mantendo a discrição e continuarei assim.

Os artefatos analisados não escondem que ainda é um sofrimento ter HIV. Como ocorre há tempos em guetos de homossexuais não “assumidos”, os canais permitem interações mantendo a invisibilidade. Não é à toa que parte significativa da audiência comenta os vídeos, mas não se deixa identificar, usando fotos ou nomes de personagens midiáticos. Um dos soropositivos, inclusive, assim justifica sua postura de não pedir que a audiência compartilhe os vídeos do seu canal: “o pessoal tem vergonha e tem medo de ser vinculado ao HIV, por isso eu nem peço para as pessoas compartilharem”. Mas, também conforme os clássicos guetos, a audiência consegue acessar uma rede de apoio, pois, ainda que raros, mantém diálogos entre si, como aponta um deles: “às vezes esse apoio não é da família, não é dos amigos, às vezes é de um estranho, de um profissional, *do canal do Youtube, né?*”. Em outro comentário, diz-se que o produtor de conteúdo “é a voz de pessoas invisíveis ainda para a sociedade”. A invisibilidade aqui está a serviço do “armário” da soropositividade. Segundo ele, politicamente, essa “*invisibilidade tem todo um caráter ideológico, um poderzinho ali por trás de ainda decidir quem morre e quem vive*”. Contudo, o comentário crítico segue relativizando a representatividade dos responsáveis pelos canais:

É vital o tratamento, é útil o trabalho dos ativistas, necessário o discurso engajado daqueles que se expõem ao estigma, porém esse lugar de fala não fala por todas as PVHIV [Pessoa Vivendo com HIV], infelizmente, muito por não representar a realidade de uma grande maioria. Não é invisibilizar o belíssimo trabalho que vocês fazem, mas vamos dividir esse lugar de fala, debatendo não as questões visíveis dessa causa, mas dando espaço para aqueles ocultos que ainda ajudam a engrossar as 14.000 mortes anuais.

No que se refere à visibilidade dos soropositivos em tela, o que se percebe, com elevado sucesso apontado pela audiência, é que os artefatos analisados não só ensinam, como também produzem o próprio regime que estão envolvidos. Isso porque, pelos canais, sabe-se que o regime de visibilidade do “segundo armário”, conforme já dito sobre o primeiro, “traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana” (MISKOLCI, 2017, p. 62). Essas relações de poder alocam, “identidades clínicas”, nos termos aqui atualizados, em um processo de ensino-aprendizagem para o HIV-aids na era digital, que é também fármaco-tecnológico.

O que se ensina e o que se aprende nos canais é típico dos mais diversos regimes de visibilidade: uma série de códigos e valores que se impõem como uma espécie de gramática às pessoas envolvidas, nas maneiras como elas podem parecer visíveis (PASSAMANI, 2018). Nada é mais típico em nosso tempo do que artefatos culturais que nos ensinam sobre a gestão da visibilidade, fazendo-nos parecer responsáveis pela nossa própria experiência. E nos fazendo perceber o momento histórico e o que o caracteriza. Um dos produtores se posiciona em relação a isso:

É bom a gente saber da história, né? Até para a gente saber que tempo a gente está hoje, que momento a gente está hoje da história da luta contra a aids. A gente está em um momento em que existe medicamento, onde as pessoas estão cada vez mais pedindo, exigindo medicamentos com menos efeitos colaterais, pra aumentar a adesão, este tipo de coisa.

Essa temporalidade também passará. Muito em breve a epistemologia do “segundo armário” pode não fazer sentido algum quando as redes de significação e as forças de interesses forem outras. Essas transformações estão para além de uma experiência cultural local, afinal, é possível referir certa “cultura global da medicina” (GOOD, 2021), que se populariza colocando-se em termos de uma medicina economicamente *hightech* por meio de imagens e discursos variados mundo afora, apresentando desafios à especialidade médica ao mesmo tempo em que difunde possibilidades – não necessariamente científicas – de tratamento e cura. Por ora, diante desses artefatos, mais do que valorizar apenas o que é reiterado pedagogicamente por eles, que tem relação direta com uma “verdade revelada” que liberta, vale a pena também buscar entender o quanto estamos perdendo estratégias que funcionaram antes mesmo de a era digital impactar a epidemia de HIV-aids, estratégias que enfrentavam o estigma que parece persistir.

Ao nos referirmos a estratégias, estamos pensando no uso do conceito de vulnerabilidade, que chamava a sociedade para o compromisso de pensar além da responsabilização pessoal, apontando dimensões sociais e programáticas – panorama político, oferta de insumos e serviços na saúde

pública (AYRES, 1996). Um currículo sem a perspectiva compreensiva da ideia de vulnerabilidade se torna insuficiente para o enfrentamento dos processos de desumanização em termos de epidemia de HIV-aids, ainda que se valorize a medicalização e os seus efeitos. Afinal, a “biomedicalização”, diferente da concepção a respeito da vulnerabilidade, “traz consigo uma ontologia individual liberal, enquanto, em seu início, a resposta brasileira à aids, [...] apontava para uma ontologia social (SEFFNER; PARKER, 2016, p. 301). Dito de outro modo, essa ontologia social, com base na noção de vulnerabilidade, enfatizava “a interdependência dos seres humanos, a importância das comunidades, a importância do espaço público como lugar de respeito à diversidade e negociação das diferenças” (SEFFNER; PARKER, 2016, p. 301).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epistemologia do “segundo armário” produz “identidades clínicas” em contextos digitais, em meio à guinada conservadora que o Brasil vive, que ainda mantém processos de estigmatização. Assim, se o “armário” da sexualidade busca com que alguém “passe por” heterossexual, o “segundo” se constitui por uma “passabilidade” de pessoa que não vive com HIV-aids, embora viva, por ter boa adesão ao tratamento. Em outro momento histórico, em que os remédios não tinham o mesmo efeito, a imagem do doente de aids arrombava as portas do “armário” da soropositividade.

A pedagogia analisada apresenta um currículo que, ao deixar de centrar força na discussão do estigma, também deixa de discutir a ideia de vulnerabilidade. A gravidade disso está no fato de que hoje essas experiências apontam para o quanto “a aids não é uma epidemia nem homossexual nem heterossexual, mas uma epidemia que explora vulnerabilidades” (SANTOS, 2015, p. 33). O “lado de fora” do “armário” da soropositividade dá a conhecer certo conteúdo que indica, pedagogicamente, o quanto o regime de visibilidade aqui discutido tem relação direta com experiências que estão para além de uma marca de diferenciação identitária em específico, aglutinadora de certas identidades.

Para chegarmos a essas reflexões foi preciso considerarmos os significados que historicamente tornam esses artefatos possíveis, pois eles funcionam a partir de “redes de significação” na era digital, em que sua audiência se dá por meio de agenciamentos humanos e não humanos (com algoritmos), que fazem com que esses “lugares pedagógicos” se tornem espaços de aprendizagens valiosas. Ao mesmo tempo, hoje, diante das proposições políticas e “biomédicas” contratadas pelo governo brasileiro e a UNAIDS, sabe-se que o “fazer viver” e o “deixar morrer” caracterizam o clima “antiagendas” que tira e ameaça direitos conquistados, impactando no currículo e na forma pedagógica dos canais analisados de produzir conteúdo e envolver a audiência.

Diante disso, é possível concluir que a pedagogia desses artefatos, apresentada por homens *gays* soropositivos “fofos”, “lindos”, “inteligentes” e “saudáveis” – que é o mais importante para um contexto curricular do HIV-aids atualmente –, têm como protagonistas principais em tela soropositivos fenotipicamente de pele clara, joviais, masculinos, aparentemente de classe média e escolarizados, que tomam exemplarmente a sua medicação e mantêm ou buscam relacionamentos/casamentos monogâmicos que seduzem boa parte de sua audiência.

Portanto, há uma estética valorizada para as revelações, que não podem ultrapassar certos limites e tem como efeito de sucesso curricular-pedagógico muitos *likes* de seguidoras/es. Assim como parte desse sucesso se dá pelo fato de tais produtores de conteúdo responderem exemplarmente a determinadas demandas educativas que, cada vez mais, em um contexto de orientação neoliberal, abandonam estratégias importantes – como o conceito de vulnerabilidade – do enfrentamento do estigma da ainda presente epidemia de aids no mundo. O currículo e a pedagogia dos canais são marcados por uma epistemologia que produz e é produtora de (in)visibilidades próprias do seu tempo, com as marcas de continuidades e descontinuidades históricas que caracterizam o HIV-aids entre jovens *gays* soropositivos brasileiros e outros perfis de “identidades clínicas”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Gabriel. **O segundo armário**: diário de um jovem soropositivo. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

AGOSTINI, Rafael; ROCHA, Fátima; MELO, Eduardo; MAKSUD, Ivia. A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 24, n. 12, p. 4599-4604, 2019.

AYRES, José R. C. M. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes. In: TOZZI, Devanil *et al.* (org.). **Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/AIDS**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. p. 15-24.

BRAGA, Gibran T. Não estou cobrando o que eu não posso dar: masculinidade simétrica no homoerotismo virtual. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 225-261, dez. 2015.

BUTLER, Judith. **Dar cuenta de sí mismo**. Violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

CALANCA, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: SENAC, 2008.

CUNHA, Claudia C. da. Configurações e reconfigurações do movimento de jovens vivendo com HIV/AIDS no Brasil: Identidade e prevenções em jogo. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 294-312, ago. 2018.

FISCHER; Rosa M. B. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 290-299, maio/ago. 2007.

GOOD, Mary-Jo D. The biotechnical embrace. **Culture, Medicine and Psychiatry**, Boston, n. 25, p. 395-410, 2001.

GRANGEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinalva L. da; TEIXEIRA, Paulo R. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health**, Washington (EUA), 26, n. 1, p. 87-94, 2009.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 41-65, 2017.

MELO, Lucas P. de. Aids, tempo e suas renitências: socialidades, emoções e políticas em uma rede social on-line. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-23, 2020.

MEYER; Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. Metodologias de Pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. *In*: MEYER Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 17-24.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MISKOLCI, Richard. Desejos em rede: notas sobre segredos e mentiras em relações mediadas digitalmente. *In*: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís A. F. de; MAGALHÃES, Bóris R. de; SABATINE, Thiago T. (org). **Gênero, sexualidade e mídia**: olhares plurais para o cotidiano. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 35-55.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007.

NASCIMENTO, Leonardo F. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 216-24, jan.-abr. 2016.

NOVELI, Marcio. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a Internet? **Metodista**, São Bernardo do Campo, n. 12, p. 107-133, jul.-dez. 2010.

NUNES, João B. C. Pesquisa Online. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 146 -154.

ORTIZ, Renato. Influenciadores, intelectuais, mediadores simbólicos. **RuMoRes**, [s. l.], v. 16, n. 31, p. 279-289, 2022.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Mirian P.; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter H. (org.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA/ Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Sociologia Digital: apontamentos teórico-metodológicos para uma analítica das mídias digitais. **Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 54, n. 3, p. 305-316, set.-dez. 2018.

PARKER, Richard. **O fim da Aids?** Comunicação Oral no 8º Encontro Estadual de ONGs/AIDS do Rio de Janeiro, ago. 2015.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de Confete: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS**. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2018.

PERLONGHER, Néstor. **O que é Aids?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIOS, Luís F.; ALBUQUERQUE, Amanda P.; SANTANA, Warley; PEREIRA, Amanda F.; OLIVEIRA JUNIOR, Cristiano J. de. O drama do sexo desprotegido: estilizações corporais e emoções na gestão de risco para HIV entre homens que fazem sexo com homens. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 65-89, ago. 2019.

SABAT; Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-21, 2001.

SANTOS, Renato C. S. **Na escuridão do arco íris: a vivência das relações afetivo-sexuais de jovens gays após o diagnóstico de HIV**. 2015. Dissertação – Mestrado em Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEDGWICK, Eve K. **Epistemologia del armario**. Barcelona: Ediciones de La tempestad, 1998.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. **Interface: Comunicação, saúde e educação**, [s.l.], v. 20, n. 57, p. 293-304, 2016.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2015.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Benícia O. da; RIBEIRO, Paula R. C. Sexualidade na sala de aula: tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 521-533, 2011.

SILVA, Tomaz T. da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVEIRA, Sergio A. Governo dos Algoritmos. **Revista de Políticas Públicas**, [s.l.], v. 21, n.1, p. 267-281, 2017.

SIMÕES, Júlio A. Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, [s.l.], n. 29, p. 313-339, 2018.

SOUZA, Carla C.; DUQUE, Tiago. “Alguém afim?”: Uma etnografia-online em salas de bate papo na fronteira Brasil-Bolívia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, p. 1-19, 2020.

STEINBERG, Shirley R. Kindercultura: construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, Heron da; AZEVEDO, José C.; SANTOS, Edmilson S. dos. **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Porto Alegre. Ed. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997. p. 98-145.

VALLE, Carlos G. do. Corpo, doença e biomedicina: uma análise antropológica de práticas corporais e de tratamento entre pessoas com HIV/AIDS. **Vivência**, Natal/RN, n. 35, p. 33-51, 2010.

Submetido em: 21/08/2022

Aprovado em: 1º/11/2022

Tiago Duque

tiago.duque@ufms.br

Doutor em Ciências Sociais. Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1831-0915>

Fernando Seffner

fernandoseffner@gmail.com

Doutor em Educação. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4580-6652>

NOTAS

- ¹ Informação disponível em: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/policies/#community-guidelines>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- ² Mais informações disponíveis em: <https://unaids.org.br/>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- ³ Mais informações disponíveis em: <https://unaids.org.br/2014/11/metas-90-90-90-podem-evitar-28-milhoes-de-novas-infeccoes/>. Acesso em: 4 nov. 2022.